

AS DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL AUMENTARAM 3.957 MILHÕES € COM O GOVERNO PSD/CDS, ATINGINDO 9.920 MILHÕES € EM 2013. PASSOS E MOTA SOARES INCENTIVAM O INCUMPRIMENTO

Os dados sobre as dívidas à Segurança Social e sua evolução nos últimos anos escasseiam fruto da política do governo de falta de transparência. Mesmo a lista de devedores à Segurança Social que, de acordo com a lei (arº 116º da Lei 82-B/2014), devia ser publicada foi suspensa como se conclui acedendo ao site da Segurança Social: <http://www4.seg-social.pt/lista-de-devedores-na-seguranca-social>. Uma capa de proteção parece querer esconder os grandes devedores.

Apesar do esforço do governo para ocultar a situação que tem efeitos graves na sustentabilidade da Segurança Social, mesmo assim é possível concluir, com base nos poucos dados oficiais divulgados que, com a "troika" e o governo PSD/CDS, as dívidas à Segurança Social dispararam. O quadro 1, com os dados oficiais que têm sido publicados nos relatórios que acompanham o O.E. de cada ano, prova isso.

Quadro 1 – Aumento das dívidas à Segurança Social no período 2010-2013

ANOS	DÍVIDA TOTAL - Milhões €	Dívida que o governo considera de cobrança duvidosa Milhões €	% da Dívida Total que o governo considera já de cobrança duvidosa
2010	5.963	5.002	83,9%
2011	7.142	3.402	47,6%
2012	8.489	3.797	44,7%
2013	9.920	4.396	44,3%

FONTE: Balanços e Demonstração Resultados da Segurança Social - Relatório OE-2011-2015

De acordo com os dados dos Balanços e Demonstrações de Resultados da Segurança Social constantes dos relatórios do Orçamento de Estado de cada ano, que constam do quadro 1, as dívidas à Segurança Social aumentaram, desde a entrada da "troika" e do governo PSD/CDS, em 3.957 milhões € pois, entre 2010 e 2013 (último ano nem que os dados já estão disponíveis), passaram de 5.963 milhões € para 9.920 milhões €. E desconhece –se que montantes foram abatidos neste valor pelo facto ou de terem prescrito ou porque o governo os ter considerado de pagamento impossível.

No entanto, mesmo em relação aos valores constantes do quadro 1, o governo considera que uma parcela muito significativa da "Dívida Total" seja de "cobrança duvidosa" ou, por outras palavras, que não seja paga. Deixa-se passar o tempo por falta de meios para atuar e depois as empresas devedoras desaparecem

Em 2010, as dívidas à Segurança Social atingiam 5.963 milhões €, e 5.002 milhões € (83,9%) eram consideradas de cobrança duvidosa. Em 2011, as dívidas à Segurança Social aumentam para 7.142 milhões € (+ 1.172 milhões € num ano apenas), mas as de cobrança duvidosa diminuíram em 1.600 milhões €, portanto uma parcela importante passa de "dívida de cobrança duvidosa" a "dívida de cobrança não duvidosa" ou, então, é pura e simplesmente eliminada dos registos da Segurança Social. Por aqui se vê, que o seu montante que varia de acordo com a disposição do governo.

A dívida total à Segurança Social continuou a subir a um ritmo muito elevado. Em 2012 a dívida aumentou em 1.347 milhões € e, em 2013, em mais 1.431 milhões €. Em três anos de "troika" e de governo PSD/CDS as dívidas à Segurança Social aumentaram em média, por ano, 1.319 milhões €, o que é muito preocupante pois contribui para pôr em perigo a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL AUMENTAM E PRESTAÇÕES SOCIAIS DIMINUEM

Uma das consequências do aumento vertiginoso das dívidas à Segurança Social, que se traduz por menos receitas, associada à política de austeridade para reduzir o défice, foram os cortes brutais nas prestações sociais.

Entre 2010 e 2015, as pensões da Segurança Social foram congeladas, com exceção apenas das pensões de valor inferior a 262€ que abrangem cerca de 400 mil pensionistas da Segurança Social e da CGA num total de 3.500.000 pensionistas. Cerca de 3.100.000 reformados e aposentados (88,6% do total) têm as suas pensões congeladas desde 2010, o que representou um corte nos seus rendimentos estimado, pelo próprio governo,

em 3.140 milhões €. Para além disso, uma parte importante deles ainda teve de pagar a chamada Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) que representou um corte nos seus rendimentos estimado em 842 milhões € e sofreu o confisco do subsídio de férias e de Natal em 2012 que representou outro corte de 1.200 milhões € nos seus rendimentos. O quadro 2 mostra a redução significativa dos portugueses a receber prestações sociais o que acarretou, naturalmente, mais miséria e mais pobreza.

Quadro 2 – Corte nos beneficiários de prestações sociais – Período 2010-2014

Mês/ ANO	Famílias com RSI (Rendimento Social de Inserção)	Beneficiários do RSI	Beneficiários CSI (Complemento Solidário Idoso)	Beneficiários do Abono família	Beneficiários subsídio desemprego	Desem- prego Oficial INE	% dos desem- pregados a receber subsídio
Nov-10	138.359	346.627	234.883	1.392.096	308.915	689.600	44,8%
Dez-11	118.839	316.906	236.013	1.220.789	307.969	711.000	43,3%
Out-12	112.572	285.111	230.483	1.179.008	374.277	870.900	43,0%
Dez-13	97.472	231.149	237.844	1.185.175	375.098	826.700	45,4%
Dez-14	91.333	210.669	171.378	1.146.229	304.293	698.300	43,6%
Variação	-47.026	-135.958	-63.505	-245.867	-4.622		

FONTE: Estatísticas da Segurança Social - Portal da Segurança Social

As estatísticas divulgadas pela própria Segurança Social revelam que, com o governo PSD/CDS e com a "troika", se registou uma quebra continuada do número de beneficiários de prestações sociais consequência de uma política que tem precisamente esse objetivo para assim reduzir a despesa social e, com isso, reduzir o défice orçamental. Entre Dez. 2010 e Dez.2014, o número de famílias a receber o rendimento social de inserção diminuiu em 47.026 e o número de beneficiários caiu em 135.950; no mesmo período, o número de idosos a receber um complemento solidário de idoso diminuiu em 63.505, e o número de crianças a receber o abono de família foi reduzido pelo governo em 245.867. Em Dez.2014, a percentagem de desempregados a receber subsídio de desemprego correspondia apenas a 43,6% do desemprego oficial e somente a cerca de 31,8% do desemprego real. Como consequência a miséria aumentou em Portugal como confirmam os dados mais recentes do INE constantes do quadro 3

Quadro 3 – Aumento da pobreza em Portugal

RÚBRICAS	2010	2011	2012	2013
TAXA DE RISCO DE POBREZA				
Antes das transferências sociais	42,5%	45,4%	46,9%	47,8%
Após transferências pensões	25,4%	25,3%	26,6%	26,7%
Após transferências sociais	18,0%	17,9%	18,7%	19,5%

FONTE: EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2005-2014- INE

Entre 2010 e 2013 (são os últimos dados do INE) a percentagem de portugueses na pobreza, após o pagamento das prestações sociais, aumentou de 18% para 19,5%, ou seja, em 2013, já 2.033.324 portugueses viviam em situação de pobreza.

PASSOS COELHO E MOTA SOARES INCENTIVAM O INCUMPRIMENTO

É neste contexto que terá de ser também avaliado o comportamento de Passos Coelho e de Mota Soares. O primeiro, quando afirmou que se esqueceu de pagar as contribuições para a Segurança Social apesar de nenhum outro português se poder desculpar dizendo mesmo, ou seja, que não conhecia a lei, e de só as pagar quando foi apanhado pelos serviços da Segurança Social e mesmo assim, segundo alguns media, não pagando a totalidade do que devia ser pago. E Mota Soares quando afirmou que Passos Coelho "foi vítima de um erro da Administração Pública" culpabilizando assim os funcionários públicos pelo incumprimento de Passos Coelho. Tais comportamentos são certamente mais um incentivo para o aumento da fraude e evasão contributiva (muitos dirão que "os exemplos veem de cima") o que tem graves consequências na sustentabilidade da Segurança Social, e no combate à pobreza que alastra na sociedade portuguesa fruto de uma política que tem destruído a economia, o emprego e o tecido social nacional.

Eugénio Rosa . edr2@netcabo.pt , 14-3-32015